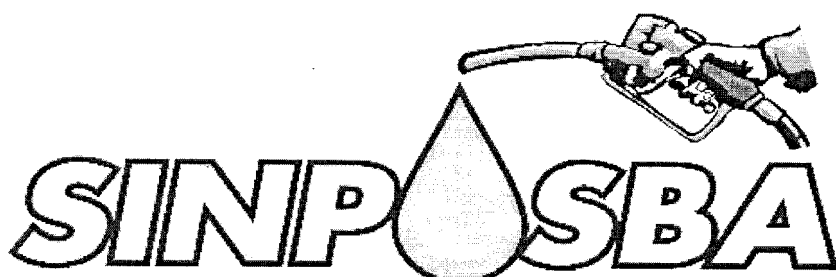


CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2009/2011

**ATUALIZADA
EM 2010**



**SINDICATO DOS TRABALHADORES EM
POSTOS DE COMBUSTÍVEIS DA BAHIA**

CNPJ Nº: 63.225.841/0001-17 REG. SINDICAL Nº: 46010.001673/93-78
FUNDADO EM 16/11/1991

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011

SINPOSBA

SINDICOMBUSTÍVEIS

SUMÁRIO

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

Cláusula Primeira
Cláusula Segunda

Vigência E Data – Base :
Abrangência

CAPÍTULO II SALÁRIOS , REAJUSTE E PAGAMENTO

Cláusula Terceira
Cláusula Quarta
Cláusula Quinta
Cláusula Sexta
Cláusula Sétima

Pisos Salariais:
Correção Salarial:
Pagamento Da Remuneração:
Conta-Salário:
Repercussão:

CAPÍTULO III GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

Cláusula Oitava
Cláusula Nona
Cláusula Décima
Cláusula Décima Primeira
Cláusula Décima Segunda
Cláusula Décima Terceira
Cláusula Décima Quarta
Cláusula Décima Quinta
Cláusula Décima Sexta
Cláusula Décima Sétima
Cláusula Décima Oitava
Cláusula Décima Nona
Cláusula Vigésima

Do 13º Salário:
Adicional Noturno
Adicional De Periculosidade:
Ajuda Alimentação:
Fornecimento De Leite/Lanche:
Transportes:
Plano De Saúde:
Complementação:
Auxílio Funeral:
Seguro De Vida Em Grupo:
Convênios E Auxílios:
Auxílio A Filho Excepcional:
Premio Aposentadoria:

CAPÍTULO IV CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES

Cláusula Vigésima Primeira
Cláusula Vigésima Segunda
Cláusula Vigésima Terceira

Anotações Na Ctps:
Homologação Das Rescisões:
Trabalho Temporário E/Ou Locação De Mão De Obra:

CAPÍTULO V RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOA E ESTABILIDADES

Cláusula Vigésima Quarta
Cláusula Vigésima Quinta
Cláusula Vigésima Sexta
Cláusula Vigésima Sétima
Cláusula Vigésima Oitava
Cláusula Vigésima Nona
Cláusula Trigésima
Cláusula Trigésima Primeira
Cláusula Trigésima Segunda

Participação Em Cursos Profissionalizantes:
Execução De Serviços:
Recebimento De Pagamento De Clientes:
Substituição:
Promoção E Aumento Salarial:
Ferramentas E Equipamentos De Trabalho:
Estabilidade:
Empregada Gestante:
Aposentadoria:

CAPÍTULO VI JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLES E FALTAS

Cláusula Trigésima Terceira
Cláusula Trigésima Quarta
Cláusula Trigésima Quinta
Cláusula Trigésima Sexta

Duração Semanal Do Trabalho:
Feriado – Compensação:
Domingos – Compensação:
Abono De Falta:

CAPÍTULO VII SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

Cláusula Trigésima Sétima
Cláusula Trigésima Oitava
Cláusula Trigésima Nona
Cláusula Quadragésima

Equipamentos De Proteção Individual - Epi's:
Uniformes De Trabalho:
Comissão Interna De Prevenção A Acidentes – Cipa:
Atestados Médicos:

CAPÍTULO VIII RELAÇÕES SINDICAIS

Cláusula Quadragésima Primeira Do Delegado Sindical:
Cláusula Quadragésima Segunda Liberação De Dirigente Sindical:
Cláusula Quadragésima Terceira Contribuição Dos Empregados:
Cláusula Quadragésima Quarta Contribuição Assistencial Das Empresas:
Cláusula Quadragésima Quinta Quadro De Avisos:

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Quadragésima Sexta
Cláusula Quadragésima Sétima
Cláusula Quadragésima Oitava
Cláusula Quadragésima Nona

Encontros Trimestrais:
Ação De Cumprimento:
Multa:
Prorrogação, Revisão, Denúncia Ou Revogação:

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA E DATA – BASE :

1.1. Fica mantida a data-base da categoria em 1º de maio, vigorando a presente Convenção de 1º de maio de 2010 a 30 de abril de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

2.1 A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Categoria profissional dos trabalhadores em postos de serviços de combustíveis e derivados do petróleo, lojas de conveniências, postos de lavagens e lava jatos instalados nos postos de combustíveis, com abrangência territorial em Abaíra/BA, Abaré/BA, Acajutiba/BA, Adustina/BA, Água Fria/BA, Aiquara/BA, Alagoinhas/BA, Amargosa/BA, Amélia Rodrigues/BA, América Dourada/BA, Anagé/BA, Andaraí/BA, Andorinha/BA, Angical/BA, Anguera/BA, Antas/BA, Antônio Cardoso/BA, Antônio Gonçalves/BA, Aporá/BA, Apuarema/BA, Araças/BA, Aracatu/BA, Araci/BA, Aramari/BA, Arataca/BA, Aratuípe/BA, Baianópolis/BA, Baixa Grande/BA, Banzaê/BA, Barra da Estiva/BA, Barra do Mendes/BA, Barra/BA, Barreiras/BA, Barro Alto/BA, Barro Preto/BA, Barrocas/BA, Belo Campo/BA, Biritinga/BA, Boa Vista do Tupim/BA, Bom Jesus da Lapa/BA, Bom Jesus da Serra/BA, Boninal/BA, Bonito/BA, Boquira/BA, Botuporã/BA, Brejões/BA, Brejolândia/BA, Brotas de Macaúbas/BA, Brumado/BA, Buritirama/BA, Cabaceiras do Paraguaçu/BA, Cachoeira/BA, Caculé/BA, Caém/BA, Caetanos/BA, Caetité/BA, Cafarnaum/BA, Cairu/BA, Caldeirão Grande/BA, Camaçari/BA, Campo Alegre de Lourdes/BA, Campo Formoso/BA, Canápolis/BA, Canarana/BA, Candeal/BA, Candeias/BA, Candiba/BA, Cansanção/BA, Canudos/BA, Capela do Alto Alegre/BA, Capim Grosso/BA, Caraíbas/BA, Cardeal da Silva/BA, Carinhanha/BA, Casa Nova/BA, Castro Alves/BA, Catolândia/BA, Catu/BA, Caturama/BA, Central/BA, Chorrochó/BA, Cícero Dantas/BA, Cipó/BA, Cocos/BA, Conceição da Feira/BA, Conceição do Almeida/BA, Conceição do Coité/BA, Conceição do Jacuípe/BA, Conde/BA, Condeúba/BA, Contendas do Sincorá/BA, Coração de Maria/BA, Cordeiros/BA, Coribe/BA, Coronel João Sá/BA, Correntina/BA, Cotegipe/BA, Crisópolis/BA, Cristópolis/BA, Cruz das Almas/BA, Curaçá/BA, Dias d'Ávila/BA, Dom Basílio/BA, Dom Macedo Costa/BA, Elísio Medrado/BA, Entre Rios/BA, Érico Cardoso/BA, Esplanada/BA, Euclides da Cunha/BA, Fátima/BA, Feira da Mata/BA, Feira de Santana/BA, Filadélfia/BA, Formosa do Rio Preto/BA, Gavião/BA, Gentio do Ouro/BA, Glória/BA, Gongogi/BA, Governador Mangabeira/BA, Guanambi/BA, Heliópolis/BA, Iaçú/BA, Ibiassucê/BA, Ibicoara/BA, Ibipecta/BA, Ibipitanga/BA, Ibiquera/BA, Ibitiara/BA, Ibititá/BA, Ibotirama/BA, Ichu/BA, Igaporã/BA, Inhambupe/BA, Ipecaetá/BA, Ipirá/BA, Ipupiara/BA, Irajuba/BA, Iramaia/BA, Iraquara/BA, Irará/BA, Irecê/BA, Itaberaba/BA, Itaeté/BA, Itaguaçu da Bahia/BA, Itambé/BA, Itanagra/BA, Itaparica/BA, Itapicuru/BA, Itatim/BA, Itiruçu/BA, Itiúba/BA, Ituaçu/BA, Iuiú/BA, Jaborandi/BA, Jacaraci/BA, Jacobina/BA, Jaguarari/BA, Jaguaripe/BA, Jandaíra/BA, Jeremoabo/BA, Jiquiriçá/BA, João Dourado/BA, Juazeiro/BA, Jussara/BA, Jussiape/BA, Lafaiete Coutinho/BA, Lagoa Real/BA, Laje/BA, Lajedinho/BA, Lajedo do Tabocal/BA, Lamarão/BA, Lapão/BA, Lauro de Freitas/BA, Lençóis/BA, Licínio de Almeida/BA, Livramento de Nossa Senhora/BA, Luís Eduardo Magalhães/BA, Macajuba/BA, Macaúbas/BA, Macururé/BA, Madre de Deus/BA, Maetinga/BA, Mairi/BA, Malhada de Pedras/BA, Malhada/BA, Mansidão/BA, Maragogipe/BA, Marcionílio Souza/BA, Mata de São João/BA, Matina/BA, Miguel Calmon/BA, Milagres/BA, Mirangaba/BA, Mirante/BA, Monte Santo/BA, Morpará/BA, Morro do Chapéu/BA, Mortugaba/BA, Mucugê/BA, Mulungu do Morro/BA, Mundo Novo/BA, Muniz Ferreira/BA, Muquém de São Francisco/BA, Muritiba/BA, Nazaré/BA, Nordestina/BA, Nova Fátima/BA, Nova Itarana/BA, Nova Redenção/BA, Nova Soure/BA, Novo Horizonte/BA, Novo Triunfo/BA, Olindina/BA, Oliveira dos Brejinhos/BA, Ouriçangas/BA, Orolândia/BA, Palmas de Monte Alto/BA, Palmeiras/BA, Paramirim/BA, Paratinga/BA, Paripiranga/BA, Paulo Afonso/BA, Pé de Serra/BA, Pedrão/BA, Pedro Alexandre/BA, Piatã/BA, Pilão Arcado/BA, Pindaí/BA, Pindobaçu/BA, Pintadas/BA, Piraí do Norte/BA, Piripá/BA, Piritiba/BA, Planaltino/BA, Pojuca/BA, Ponto Novo/BA, Presidente Dutra/BA, Presidente Jânio Quadros/BA, Queimadas/BA, Quijingue/BA, Quixabeira/BA, Rafael Jambeiro/BA,

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011

SINPOSBA

SINDICOMBUSTÍVEIS

Remanso/BA, Retirolândia/BA, Riachão das Neves/BA, Riachão do Jacuípe/BA, Riacho de Santana/BA, Ribeira do Amparo/BA, Ribeira do Pombal/BA, Rio de Contas/BA, Rio do Antônio/BA, Rio do Pires/BA, Rio Real/BA, Rodelas/BA, Ruy Barbosa/BA, Salinas da Margarida/BA, Salvador/BA, Santa Bárbara/BA, Santa Brígida/BA, Santa Inês/BA, Santa Luzia/BA, Santa Maria da Vitória/BA, Santa Rita de Cássia/BA, Santa Teresinha/BA, Santaluz/BA, Santana/BA, Santanópolis/BA, Santo Amaro/BA, Santo Antônio de Jesus/BA, Santo Estêvão/BA, São Desidério/BA, São Domingos/BA, São Felipe/BA, São Félix do Coribe/BA, São Félix/BA, São Francisco do Conde/BA, São Gabriel/BA, São Gonçalo dos Campos/BA, São José da Vitória/BA, São José do Jacuípe/BA, São Miguel das Matas/BA, São Sebastião do Passé/BA, Sapeaçu/BA, Sátiro Dias/BA, Saubara/BA, Saúde/BA, Seabra/BA, Sebastião Laranjeiras/BA, Senhor do Bonfim/BA, Sento Sé/BA, Serra do Ramalho/BA, Serra Dourada/BA, Serra Preta/BA, Serrinha/BA, Serrolândia/BA, Simões Filho/BA, Sítio do Mato/BA, Sítio do Quinto/BA, Sobradinho/BA, Souto Soares/BA, Tabocas do Brejo Velho/BA, Tanhaçu/BA, Tanque Novo/BA, Tanquinho/BA, Tapiramutá/BA, Teodoro Sampaio/BA, Teofilândia/BA, Terra Nova/BA, Tremedal/BA, Tucano/BA, Uauá/BA, Ubaíra/BA, Uibaí/BA, Umburanas/BA, Urandi/BA, Utinga/BA, Valente/BA, Várzea da Roça/BA, Várzea do Poço/BA, Várzea Nova/BA, Varzedo/BA, Vera Cruz/BA, Wagner/BA, Wanderley/BA e Xique-Xique/BA.

CAPÍTULO II SALÁRIOS, REAJUSTE E PAGAMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS:

3.1. A todos os trabalhadores que exerçam as funções abaixo discriminadas será assegurada a percepção de um piso salarial que não será inferior aos valores estipulados na presente norma, devidos a partir de 1º de maio de 2010. A remuneração mensal, independente do trabalho ou fora da área de risco, será igual ao valor do piso somado ao adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) sobre o valor do respectivo piso salarial:

- A. **PESSOAL DE ESCRITÓRIO:** piso salarial de R\$ 630,36 (seiscentos e trinta reais e trinta e seis centavos), com direito ao adicional de periculosidade (30%), perfazendo a remuneração de R\$ 819,47 (oitocentos e dezenove reais e quarenta e sete centavos).
- B. **CHEFE DE PISTA E SUPERVISOR DE LOJA:** piso salarial de R\$ 630,36 (seiscentos e trinta reais e trinta e seis centavos), com direito ao adicional de periculosidade (30%), perfazendo a remuneração de R\$ 819,47 (oitocentos e dezenove reais e quarenta e sete centavos).
- C. **FUNCIÓNÁRIOS DAS LOJAS DE CONVENIÊNCIAS:** piso salarial de R\$ 515,50 (quinhentos e quinze reais e cinquenta centavos), com direito ao adicional de periculosidade (30%), perfazendo remuneração de R\$ 670,15 (seiscentos e setenta reais e quinze centavos).
- D. **LUBRIFICADOR, FRENTISTA OU OPERADOR DE BOMBA OU DE PISTA:** piso salarial de R\$ 539,63 (quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos), com direito ao adicional de periculosidade (30%), perfazendo remuneração de R\$ 701,52 (setecentos e um reais e cinquenta e dois centavos).
- E. **VIGIA E SERVENTE:** piso salarial de R\$ 514,40 (quinhentos e quatorze reais e quarenta centavos), com direito ao adicional de periculosidade (30%), perfazendo remuneração de R\$ 668,72 (seiscentos e sessenta e oito reais e setenta e dois centavos).
- F. **LAVADOR E ENXUGADOR:** piso salarial de R\$ 514,40 (quinhentos e quatorze reais e quarenta centavos), com direito ao adicional de periculosidade (30%), perfazendo



SINPOBA

SINDICOMBUSTÍVEIS

remuneração de R\$ 668,72 (seiscentos e sessenta e oito reais e setenta e dois centavos).

- G. **GERENTE**: 02 (dois) pisos salariais do frentista no valor de R\$ 1.079,26 (hum mil e setenta e nove reais e vinte e seis centavos), com direito ao adicional de periculosidade (30%), perfazendo a remuneração de R\$ 1.403,04 (hum mil quatrocentos e três reais e quatro centavos).
- H. **CAIXA DE PISTA**: piso salarial de R\$ 616,05 (seiscentos e dezesseis reais e cinco centavos), com direito ao adicional de periculosidade (30%), perfazendo a remuneração de R\$ 800,87 (oitocentos reais e oitenta e sete centavos).

Parágrafo Único: Fica estabelecido que o piso acima será pago aos empregados que trabalhem na pista de abastecimento, exclusivamente recebendo valores dos clientes, de todas as bombas ou pontos de vendas, que trabalhem em guichês de recebimento destinado a tal finalidade.

- I. **SUPERVISOR GERAL**: 03 (três) pisos salariais do frentista no valor de R\$ 1.618,89 (hum mil seiscentos e dezoito reais e oitenta e nove centavos), com direito ao adicional de periculosidade (30%), perfazendo a remuneração de R\$ 2.104,56 (dois mil cento e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

Parágrafo Único: Fica estabelecido que o piso acima será devido apenas aos empregados que exercem a função de supervisionar mais de quatro estabelecimentos da rede.

3.2 Os trabalhadores que percebem salário diferente aos pisos salariais estabelecidos nesta norma coletiva terão direito ao mesmo reajuste definido nesta cláusula 4ª, item 4.1, sem redução da sua remuneração, salvo a hipótese disposta no item 4.2.

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL:

4.1. A partir de 01 de maio de 2010, as empresas corrigirão os salários dos seus empregados, cujas funções não estejam relacionadas na cláusula 3ª e tiveram salário base igual ou inferior a quatro remunerações do frentista em 01.05.2009, pelo percentual de 9,68% (nove vírgula, sessenta e oito) por cento, a ser aplicado sobre os salários vigentes em 01 de maio de 2009.

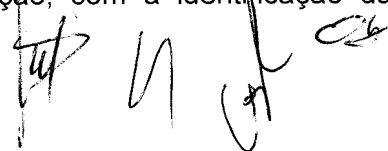
4.2- Os empregados que tiveram salário base superior a 04 (quatro) remunerações do frentista em 01.05.2009, terão seus salários corrigidos pelas empresas no percentual de 6, 50% (seis vírgula cinquenta) por cento, a ser aplicado sobre os salários vigentes em 01 de maio de 2009.

4.3. As diferenças salariais relativas ao mês de maio e junho de 2010 serão pagas juntamente com salário do mês de julho de 2010, permitindo-se a dedução dos reajustes concedidos espontaneamente no mesmo período.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO:

5.1. O pagamento da remuneração do empregado será efetuado até o dia cinco do mês seguinte ao vencido, comprometendo-se as empresas a pagarem adiantamento quinzenal correspondente a 40% (quarenta por cento) da remuneração (salário + adicional de periculosidade), até o dia 15 (quinze) de cada mês, ressalvadas as condições favoráveis já praticadas.

5.2. Ao empregado será fornecido comprovante do pagamento do adiantamento quinzenal e comprovante do pagamento mensal do pagamento da remuneração, com a identificação da



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011

SINPOSBA

SINDICOMBUSTÍVEIS

empresa e do empregado, a discriminação das verbas pagas e descontos efetuados, o mês a que se refere o pagamento, o valor dos depósitos de FGTS, sem prejuízo de outras exigências legais.

CLÁUSULA SEXTA- CONTA-SALÁRIO:

6.1 O pagamento da remuneração dos empregados deverá ser feito mediante depósito em CONTA-BANCÁRIA junto à instituição bancária, no mesmo prazo fixado no item 5.1 desta convenção, em agência localizada no município onde o empregado preste serviço e, preferencialmente, naquela mais próxima do local de trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA – REPERCUSSÃO:

7.1. No cálculo dos pagamentos de décimo terceiro salário, férias e repouso remunerados, serão consideradas as horas extras, comissões, prêmios, adicionais noturnos e periculosidade, bem como qualquer outras verbas habitualmente pagas.

CAPÍTULO III GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

CLÁUSULA OITAVA - DO 13º SALÁRIO:

8.1. Aos empregados será assegurada a antecipação do pagamento do 13º salário proporcional quando da concessão e gozo de férias.

CLÁUSULA NONA – ADICIONAL NOTURNO

9.1. Aos trabalhadores que executam suas funções no período das 22:00 às 05:00 horas do dia seguinte, fica assegurada a aplicação de 20% (vinte por cento) da remuneração da hora, a título de adicional noturno.

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE:

10.1. Fica estabelecido que o adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) devido aos trabalhadores pertencentes à categoria econômica ora conveniente que será pago a todos os empregados que exercerem suas funções na área territorial das referidas empresas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AJUDA ALIMENTAÇÃO:

11.1. As empresas fornecerão, a partir de 01 de maio de 2010, a todos os seus empregados, ajuda alimentação no valor de R\$ 77,00 (setenta e sete reais); por mês.

11.2. Fica convencionado que esta ajuda, não tem natureza salarial, não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e nem se configura como rendimento tributável do trabalhador.

11.3. Fica garantido o benefício acordado nessa cláusula durante o período de férias do empregado e na hipótese de afastamento do trabalho por doença, pelo período de 15 dias.

11.4. As diferenças de ajuda alimentação relativas ao mês de maio e junho de 2010 serão pagas juntamente com salário do mês de julho de 2010, permitindo-se a dedução dos reajustes concedidos espontaneamente no mesmo período.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORNECIMENTO DE LEITE/LANCHE:

12.1. As empresas servirão leite ou café com leite, ou um copo de mingau ou outro alimento similar, conforme critérios definidos pelas mesmas, aos seus empregados lotados nas unidades de trabalho, sendo que o leite não poderá ser inferior a um copo de 300 (trezentos) ml por turno a cada trabalhador, não se incorporando tal benefício ao salário do empregado para qualquer finalidade legal.

SINPOSPA

SINDICOMBUSTÍVEIS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TRANSPORTES:

13.1. As empresas se obrigam a fornecer a seus empregados, até o quinto dia útil do mês, transporte, vale-transporte, combustível ou similar, correspondente aos dias trabalhados, podendo ser pago em dinheiro o valor correspondente, quando não existir serviço público de transporte no município em que se localizar a empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PLANO DE SAÚDE:

14.1. Fica convencionado entre os dois sindicatos, laboral e patronal, a elaboração de estudos com o objetivo de implantar plano de saúde.

14.2. Será criada dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura da presente norma coletiva, uma comissão paritária de 03 (três) membros de cada Sindicato para fazer o estudo de viabilidade, sugerindo formas e critérios de participação das empresas e empregados na tentativa de implantação do plano.

14.3. A comissão terá o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos e apresentação da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – COMPLEMENTAÇÃO:

15.1. Ao empregado afastado do serviço por motivo de doença ou acidente de trabalho, será concedida complementação integral do salário, durante 120 (cento e vinte) dias, correspondente à diferença entre o valor do benefício previdenciário e a remuneração percebida pelo empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL:

16.1. As empresas pagarão, por morte dos seus empregados e dependentes legais o auxílio funeral correspondente a 03 (três) salários do trabalhador.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO:

17.1. As Empresas estão obrigadas a realizar Planos de Seguro de Vida em Grupo, para todos os trabalhadores, abrangendo morte acidental, morte natural e invalidez permanente com participação dos empregados no custeio do benefício, limitando-se essa participação a R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por mês.

17.2. Os valores indenitários não poderão ser inferiores a R\$ 12.859,01 (doze mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e um centavo), por morte natural e invalidez permanente, e a R\$ 25.718,02 (vinte e cinco mil, setecentos e dezoito reais e dois centavos) por morte acidental.

17.3. As empresas fixarão no quadro de avisos cópia da apólice do seguro, até 30 dias após a celebração do contrato de seguro.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CONVÊNIO E AUXÍLIOS:

18.1. As empresas firmarão convênios com cartão multibenefícios visando à aquisição, pelos trabalhadores, de produtos nos estabelecimentos conveniados.

18.2. As empresas financiarão as compras referidas no item anterior, observando o limite de comprometimento do salário e o número de prestações definidas pelo cartão.

18.3. As compras mencionadas no item 18.1 somente poderão ser efetuadas exclusivamente pelos empregados e deverão ser objeto de comprovação através de extratos fornecidos pelo cartão.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011

SINPOSBA

SINDICOMBUSTÍVEIS

18.4. Ficam as empresas autorizadas a promover descontos nos salários dos empregados referentes às parcelas das compras, não se incorporando os mesmos ao salário para qualquer finalidade legal, bem como a descontar a totalidade das parcelas devidas no ato da rescisão do contrato de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXÍLIO A FILHO EXCEPCIONAL:

19.1. As empresas pagarão aos seus empregados auxílio mensal correspondente a 30% (trinta por cento) do piso salarial de sua função por filho excepcional ou deficiente físico incapacitado para o trabalho, desde que comprovado pelo empregado a assistência por instituição respectiva.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - PREMIO APOSENTADORIA:

20.1. O empregado que tiver mais de 05 (cinco) anos de vínculo empregatício na empresa, receberá um prêmio correspondente a ½ (meio) salário por cada 05 (cinco) anos de serviços quando da efetivação de sua aposentadoria.

CAPÍTULO IV CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ANOTAÇÕES NA CTPS:

21.1. Deverão ser anotadas na Carteira de Trabalho do empregado no prazo de 48 horas a partir do início de suas atividades a data de sua admissão, função por este exercida, a jornada de trabalho, a remuneração, sem prejuízo das demais exigências determinadas por lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES:

22.1. Os contratos de trabalho, com período superior a um ano, terão as rescisões homologadas no Sindicato representante da categoria profissional, que manterá plantão diário de atendimento para tal fim.

22.2. A rescisão do contrato de trabalho deverá ser notificada ao empregado por escrito, inclusive com o local, data e horário da homologação e, após firmado uma via pelo empregado, deverá uma cópia ser remetido à residência do empregado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas por carta, mediante Aviso de Recebimento (AR).

22.3. O pagamento das parcelas devidas pela rescisão do contrato de trabalho deverá ser efetuado até o 10º (décimo) dia, contado da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio ou dispensa do seu cumprimento e, até o 1º (primeiro) dia útil imediato ao término do contrato quando permanecer o empregado trabalhando durante os 30 (trinta) dias contados da notificação da demissão.

22.4. O descumprimento quanto aos prazos de pagamento das parcelas devidas pela rescisão do contrato de trabalho sujeitará a empresa infratora ao pagamento de multa em valor equivalente ao seu salário, sem prejuízo do valor das parcelas a serem pagos corrigidas monetariamente e com juros de mora.

22.5. Quando o prazo previsto para pagamento cair em dias de sábado, domingos e feriados a empresa devera antecipar para o 1º dia útil anterior a data prevista.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - TRABALHO TEMPORÁRIO E/OU LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

23.1. As empresas se obrigam a não contratar pessoal para o exercício de trabalho temporário, nem mão-de-obra por intermédio de locadoras, cooperativas ou pessoas jurídicas interpostas para exercer todas e quaisquer funções, exceto nas atividades meio, assim consideradas todas



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011

SINPOSBA

SINDICOMBUSTÍVEIS

aquelas que não incluam serviços realizados pelos membros da categoria profissional do sindicato dos trabalhadores em postos de serviços de combustível.

23.2. Com base na Lei 9.956/2000, ficam as empresas proibidas de implantar todo e qualquer serviço de auto-atendimento ou serviços congêneres para abastecimento de combustíveis e derivados de petróleo.

CAPÍTULO V RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOA E ESTABILIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PARTICIPAÇÃO EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES:

24.1. O empregado terá direito a 05 dias úteis, indicado pelo Sindicato Profissional, ou pela Federação, mediante prévia comunicação por escrito ao empregador, para participar de cursos profissionalizantes, sem prejuízo do cargo, vantagens e funções das quais se encontrava investido, não sofrendo também prejuízo nos salários, férias, 13º salário e FGTS.

24.2. Para os fins específicos do item anterior no início de cada ano, os sindicatos signatários do presente acordo, determinarão, conjuntamente, quais os cursos profissionalizantes que poderão ser realizados, podendo ser estendido dependendo do caso, o prazo de dispensa do empregado para participação naqueles que perdurarem por mais de 01 (hum) dia, desde que tenha sido acordado na forma ora estabelecida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS:

25.1. Fica proibida a execução de serviços para os quais não foram contratados os empregados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - RECEBIMENTO DE PAGAMENTO DE CLIENTES:

26.1. Cada estabelecimento empresarial, exceto quando só aceitar pagamento de cliente em espécie, deverá implantar serviço de consulta a cheques e cartões de crédito mediante convênio com as empresas que prestam tais serviços, para utilização pelos empregados quando do recebimento de cheques fornecidos pelos clientes para pagamento dos serviços e vendas de produtos, ou definir as normas de consulta da empresa dando conhecimento por escrito a todos empregados.

26.2. Não poderão ser descontados da remuneração dos empregados que manuseiem com numerários, os valores equivalentes a cheques e/ou cartões de crédito por estes recebidos de clientes em pagamento de serviços e vendas, exceto quando recebidos sem a observância das seguintes normas:

- a) Cheques de pessoas físicas e jurídicas, somente com o visto do gerente ou chefe de pista. Tem que constar no verso do cheque o número da placa do veículo, deve ser conferida a assinatura do emissor com o cartão do banco, carteira de identidade, anotação do telefone, CPF, e validade do cartão (tudo do emissor).
- b) Não receber cheque de outra praça, só com o visto do gerente.
- c) Não receber cheques de clientes da agencia bancaria com período inferior a um ano.
- d) Não receber em hipótese alguma cheques de terceiros.

26.3. Cumpre ao empregado realizar a consulta aos cheques através do sistema implantado e, se confirmado, está apto o cliente a realizar o pagamento mediante cheque, o mesmo ocorrendo com o cartão de crédito.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011

SINPOSBA

SINDICOMBUSTÍVEIS

26.4. No prazo máximo de 30 (trinta dias) a contar da assinatura da presente norma coletiva, será afixado pelas empresas, em quadro de avisos à vista de empregados e clientes, as normas para recebimento de cheques e cartões de crédito, comprometendo-se a entregá-las por escrito aos empregados, mediante recibo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – SUBSTITUIÇÃO:

27.1. Ao empregado designado pela empresa para ocupar em substituição, eventual ou temporária, cargo diverso do que exerce habitualmente, será pago salário igual ao do substituído que perceber salário maior, excluídas as vantagens pessoais, passando o referido salário a integrar a remuneração do substituto, em caráter definitivo, se a substituição perdurar por período superior a 180 (cento e oitenta) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PROMOÇÃO E AUMENTO SALARIAL:

28.1. Toda mudança de cargo ou função, definida como promoção, será acompanhada de efetivo aumento salarial, a partir do mês em que se efetivar a mudança, com a devida anotação na CTPS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO:

29.1. Serão fornecidos aos empregados as ferramentas, máquinas, equipamentos, instrumentos, materiais e respectivos acessórios indispensáveis ao desempenho das atividades e respectivas funções dos trabalhadores, em adequado estado de conservação e condições de segurança destinadas ao bom ambiente no e do trabalho. Os empregados deverão comunicar a seus superiores a eventual necessidade de substituir ou suprir ferramentas, equipamentos ou materiais que se desgastem em decorrência da execução de suas tarefas.

29.2. Aos empregados cumpre cuidar da manutenção e conservação dos materiais discriminados no *caput* e que lhes forem confiados para o desempenho de suas funções, utilizando-os adequadamente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – ESTABILIDADE:

30.1. Fica assegurada a estabilidade de emprego a todos os empregados, durante o prazo de 30 (trinta) dias a contar de 10 dias após a assinatura da presente norma coletiva de trabalho, salvo nos casos de dispensa por justa causa ou pagamento de indenização correspondente ao valor da última remuneração mensal do empregado, devendo a mesma integrar ao salário para todos os fins rescisórios.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - EMPREGADA GESTANTE:

31.1. A empregada gestante terá estabilidade desde a concepção até 05 (cinco) meses após o parto.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – APOSENTADORIA:

32.1. Os empregados que faltem apenas mais 24 (vinte e quatro) contribuições para se aposentar somente poderão ser dispensados por justa causa, devidamente comprovada em inquérito judicial, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, sendo vedada a suspensão do pagamento do salário do empregado durante o curso do processo judicial.

CAPÍTULO VI JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLES E FALTAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DURAÇÃO SEMANAL DO TRABALHO:

N



CA



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011

SINPOSBA

SINDICOMBUSTÍVEIS

33.1. A duração da jornada de trabalho não será superior a 08 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ficando estabelecido que poderá ser realizado acordo com base nos artigos 59 e 71 da CLT e no artigo 7º, inciso XIV da Constituição Federal. As empresas poderão, mediante assistência do sindicato da categoria profissional, realizar acordo de horário diferenciado.

33.2. As empresas implantarão sistema de registro de ponto de seus empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - FERIADO – COMPENSAÇÃO:

34.1 Fica autorizada a compensação do trabalho em dias de feriado, quer sejam municipais, estaduais ou federais, mediante as seguintes regras:

34.2 Foram eleitas conjuntamente entre as partes convenientes 06 (seis) datas de feriados sendo: 1º de janeiro, terça feira de carnaval, 1º de maio, sexta-feira santa, 24 de junho, 25 de dezembro.

34.3 Dos seis feriados acima citados, em 03 (três) os empregados devem folgar, obrigatoriamente.

34.4 Dos seis feriados acima citados. 03 (três) poderão ser compensados com folga na semana seguinte, devendo haver notificação prévia ao empregado com, no mínimo, 07 dias de antecedência, sob pena de pagamento das horas trabalhadas como extras, com 50%, além da jornada contratual, de acordo com os valores a seguir entabulados, sem prejuízo da folga compensatória na semana seguinte.

34.5 Por notificação prévia entende-se a fixação, em local visível a todos os funcionários, da escala de trabalho.

34.6 O trabalhador que laborar por mais de 03 (três) feriados dentre aqueles acima listados, além da folga em outro dia da semana seguinte, a empresa deverá considerar as horas trabalhadas como extras, em 100%, além da jornada contratual, de acordo com os valores a seguir entabuladas.

34.7 Nos demais feriados trabalhados, sejam eles municipais, estaduais ou nacionais, além da folga em outro dia da semana seguinte, a empresa deverá considerar as horas trabalhadas como extras, além da jornada contratual, de acordo com as regras a seguir entabuladas.

34.8 As horas extras prestadas nos feriados, deverão ser especificamente anotadas no contracheque do empregado.

Regra de apuração para as horas trabalhadas nos feriados

Valor da Hora Extra de Acordo com os Pisos				
FUNÇÃO	Hora Normal	Hora Extra Com 50% (Vide CL 34.4)	Hora Extra Com 100% (Vide CL 34.6)	Adicional Noturno p/hora
Pessoal de Escritório	R\$ 2,87	R\$4,30	R\$5,74	R\$ 0,57
Supervisor de Loja / Chefe de Pista	R\$2,87	R\$4,30	R\$5,74	R\$ 0,57
Funcionário das Lojas de Conveniência	R\$2,34	R\$3,51	R\$4,68	R\$ 0,47
Lubrificador / Frentista	R\$2,45	R\$3,68	R\$4,90	R\$ 0,49
Lavador / Enxugador	R\$2,34	R\$3,51	R\$4,68	R\$ 0,47

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011

SINPOSBA

SINDICOMBUSTÍVEIS

Vigia / Servente	R\$2,34	R\$3,51	R\$4,68	R\$ 0,47
Gerente	R\$4,91	R\$7,36	R\$9,81	R\$ 0,98
Caixa de Pista	R\$2,80	R\$4,20	R\$5,60	R\$ 0,56
Supervisor Geral	R\$7,36	R\$11,04	R\$14,72	R\$ 1,47

34.9 Os valores acima entabulados não consideram a integração do Adicional de periculosidade, que será calculado no fechamento da folha de pagamento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – DOMINGOS – COMPENSAÇÃO:

35.1 O descanso semanal para os empregados será concedido pela empresa preferencialmente aos domingos, de acordo com as seguintes regras:

35.2 Fica assegurado aos empregados pelo menos uma folga em dia de domingo.

35.3 Dois domingos no mês poderão ser compensados com folga em outro dia da semana seguinte;

35.4 Os empregados podem ser designados para trabalhar nos demais domingos do mês, mas, além da folga em outro dia da semana seguinte, a empresa deverá considerar as horas trabalhadas como extras, acrescidas de adicional de 50%, de acordo com as regras a seguir entabuladas.

Regra de apuração para as horas trabalhadas nos domingos

FUNÇÃO	Hora Normal	Hora Extra Com 50% (Vide CL 35.4)	Adicional Noturno p/hora
Pessoal de Escritório	R\$ 2,87	R\$4,30	R\$ 0,57
Supervisor de Loja / Chefe de Pista	R\$2,87	R\$4,30	R\$ 0,57
Funcionário das Lojas de Conveniência	R\$2,34	R\$3,51	R\$ 0,47
Lubrificador / Frentista	R\$2,45	R\$3,68	R\$ 0,49
Lavador / Enxugador	R\$2,34	R\$3,51	R\$ 0,47
Vigia / Servente	R\$2,34	R\$3,51	R\$ 0,47
Gerente	R\$4,91	R\$7,36	R\$ 0,98
Caixa de Pista	R\$2,80	R\$4,20	R\$ 0,56
Supervisor Geral	R\$7,36	R\$11,04	R\$ 1,47

35.5 Os valores acima entabulados não consideram a integração do Adicional de periculosidade, que será calculado no fechamento da folha de pagamento.

35.6 As horas extras prestadas nos domingos, deverão ser especificamente anotadas no contracheque do empregado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ABONO DE FALTA:



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011

SINPOSBA

SINDICOMBUSTÍVEIS

36.1. Ao empregado que houver faltado ao trabalho, até 03 (três) dias úteis, em decorrência do falecimento de cônjuge, companheiro ou companheira, ascendente ou descendente, ou pessoa declarada em sua Carteira Profissional como sua dependente, será assegurado o pagamento da sua remuneração.

CAPÍTULO VII SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI's:

37.1. Serão fornecidos gratuitamente aos empregados os equipamentos de segurança e de proteção individual adequados nos termos da legislação específica, desde que obrigatórios ou necessários para a execução do trabalho, de acordo com as normas de segurança. Os empregados deverão utilizá-los de acordo com as orientações recebidas e normas de segurança vigentes.

37.2. A entrega, reposição e orientação quanto ao correto uso dos EPI's será feita mediante controles específicos adotados pela empresa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - UNIFORMES DE TRABALHO:

38.1. Serão fornecidos aos empregados, gratuitamente, 03 (três) uniformes de trabalho (macacão ou jaleco) e 03 (três) pares de calçados por ano, devendo os trabalhadores manter a roupa de trabalho limpas e asseadas, zelando pela conservação dos mesmos.

38.2. As empresas manterão armários individuais, para a guarda das roupas de trabalho e pertences dos empregados, e vestiário.

38.3. As empresas se obrigam a fornecer gratuitamente água potável gelada para consumo dos seus empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO A ACIDENTES – CIPA:

39.1. As empresas constituirão as Comissões Internas de Prevenção a Acidentes – CIPA, obedecendo as Normas Regulamentadoras da CLT.

39.2. Ficam as empresas obrigadas a informar o sindicato laboral, quanto a sua constituição e eleição com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ATESTADOS MÉDICOS:

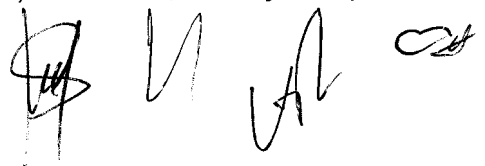
40.1. As empresas reconhecerão os atestados médicos e odontológicos emitidos por profissionais de entidades conveniadas com o sindicato da categoria profissional.

CAPÍTULO VIII RELAÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DO DELEGADO SINDICAL:

41.1. Nos Municípios onde não houver Dirigentes Sindicais, fica assegurada a eleição de 2 (dois) delegados sindicais por municípios, limitado ao total de 50 (cinquenta) no Estado, com finalidade de promover o entendimento com os trabalhadores, assegurando ao mesmo a estabilidade provisória desde de sua eleição até um ano após o termino do mandato.

41.2. O Sindicato profissional comunicará ao sindicato patronal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a escolha dos municípios aonde implantará delegacia sindical, bem como deverá comunicar por escrito à empresa no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, a eleição e posse do empregado para delegado sindical.



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011

SINPOSBA

SINDICOMBUSTÍVEIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL:

42.1. Fica assegurada a liberação dos diretores do sindicato profissional durante o período de vigência desta norma coletiva, dependendo de comunicação prévia oito dias antes, ao sindicato da categoria patronal e à empresa empregadora.

42.2. O salário dos dirigentes liberados nos termos do item anterior, será de responsabilidade do Sindicato laboral e os encargos sociais sob a responsabilidade das empresas a que estejam ligados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS:

43.1 - As empresas se obrigam a descontar do salário de todos os seus empregados representados pelo sindicato profissional conveniente, as mensalidades e contribuições sindicais, aprovadas com base em decisão dos trabalhadores da Categoria reunidos em assembleia geral extraordinária, realizada no dia 26/02/2010, na qual os trabalhadores deram AUTORIZAÇÃO para as empresas descontarem, de cada empregado, quando do primeiro pagamento da remuneração, após a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho, o valor de R\$ 20,00 (vinte reais), a título de contribuição assistencial para custeio desta campanha salarial, e descontarem mensalmente da remuneração de cada empregado o valor equivalente a 2% (dois por cento) sobre a remuneração, a título de contribuição para custeio do sistema confederativo, em benefício do sindicato dos trabalhadores, aprovando, ainda, o DIREITO À OPOSIÇÃO aos descontos dos não presentes à assembleia, através de manifestação, por escrito, através de correspondência protocolada junto ao Sinposba, durante a vigência desta convenção..

43.2 - Com base na presente cláusula será descontado pelas empresas, de cada empregado, quando do primeiro pagamento da remuneração após a assinatura desta norma coletiva, o valor de R\$ 20,00 (vinte reais), a título de taxa assistencial, para custeio desta campanha salarial.

43.3 - O montante será recolhido ao SINPOSBA no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a data da efetivação do desconto, enviando o comprovante do depósito para o SINPOSBA pelo correio, via FAX: (71) 3329-0576 ou Email: sinposba@terra.com.br ou contato@sinposba.org.br, acompanhado da relação nominal dos contribuintes com os respectivos valores descontados.

43.4 - As empresas descontarão mensalmente da remuneração de cada empregado, o valor equivalente a 2,0% (dois por cento) sobre salário base, a título de contribuição para custeio do sistema Confederativo.

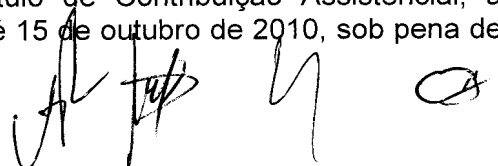
43.5 - O valor da contribuição deverá ser recolhido pelas empresas mensalmente ao SINPOSBA, através de depósito em conta corrente ou de boleto bancário enviado pelo sindicato laboral, no prazo de 05 (cinco) dias após a data da efetivação do desconto, apresentando ainda ao sindicato laboral a relação nominal dos contribuintes com os respectivos valores descontados.

43.6 - A empresa que não realizar o desconto ou o recolhimento estabelecido nesta cláusula nos prazos definidos para sua efetivação, arcará com o pagamento do respectivo valor, com juros de mora de 1% ao mês mais multa de 2,0% (dois por cento), sobre o valor corrigido.

43.7 - Fica vedada a participação e/ou interferência das empresas nas decisões dos trabalhadores quanto à oposição aos descontos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DAS EMPRESAS:

44.1. As empresas pagarão ao Sindicato Patronal, a título de Contribuição Assistencial, a importância correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) até 15 de outubro de 2010, sob pena de



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011

SINPOSBA

SINDICOMBUSTÍVEIS

incorrer na multa de 10% (dez por cento), além de juros de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária.

44.2. Para as empresas que pagarem até a data de vencimento (15 de outubro de 2010), será concedido um desconto de 40% (quarenta por cento) sobre o valor da Contribuição Assistencial.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - QUADRO DE AVISOS:

45.1. Fica assegurado ao Sindicato Laboral a colocação de um quadro de avisos na Empresa para comunicações de interesse da categoria profissional, vedada a divulgação de matéria político - partidária ou ofensiva a quem quer que seja.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ENCONTROS TRIMESTRAIS:

46.1. Serão realizados encontros trimestrais entre os representantes das entidades sindicais convenentes, com finalidade de se examinar o cumprimento desta norma coletiva de trabalho, as condições de trabalho nas empresas e quaisquer problemas de interesse geral dos trabalhadores.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO:

47.1. A entidade sindical profissional tem legitimidade para propor ação de cumprimento em nome dos empregados, com vistas a assegurar os direitos constantes desta norma coletiva, independentemente de autorização ou outorga de poderes dos membros da categoria.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA- MULTA:

48.1. No caso de descumprimento de cláusula contida nesta Convenção Coletiva de Trabalho, à exceção daquelas que possuírem cominação própria, incidirá multa equivalente a um piso salarial do frentista para a infração de até três cláusulas, sendo que a partir do descumprimento de quatro cláusulas incidirá um piso salarial do frentista por infração, que reverterá em favor da parte que tiver seu direito violado.

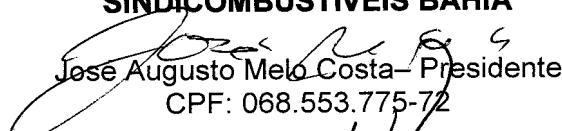
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO:

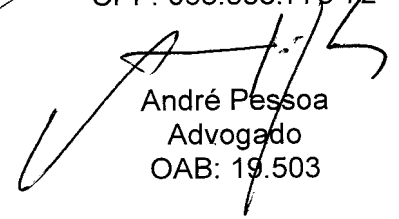
49.1. O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação desta norma coletiva, ficará subordinado às disposições da legislação trabalhista e à manifestação das partes.

Por estarem justas e acertadas, e para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, as partes convenentes, SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO DO ESTADO DA BAHIA – SINDICOMBUSTÍVEIS e o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM POSTOS DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DA BAHIA – SINPOSBA, assinam a presente Convenção Coletiva do Trabalho, em 05 (cinco) vias, comprometendo-se a promoverem o depósito consoante o que dispõe o art. 614 da Consolidação das Leis do Trabalho.

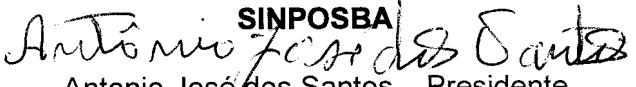
Salvador, 08 de Julho de 2010

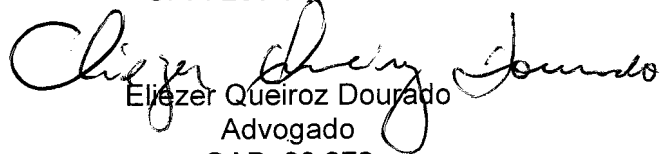
SINDICOMBUSTÍVEIS BAHIA


José Augusto Melo Costa – Presidente
CPF: 068.553.775-72


André Pessoa
Advogado
OAB: 19.503

SINPOSBA


Antonio José dos Santos – Presidente
CPF: 286.569.205-10


Eliezer Queiroz Dourado
Advogado
OAB: 20.272



CNPJ Nº: 63.225.841/0001-17 REG. SINDICAL Nº: 46010.001673/93-78
FUNDADO EM 16/11/1991

SEDE: Av. Sete de Setembro, 941 - Conj. 101, Mercês - Salvador-Ba - Tel.: (071) 329-0576

SITE: www.sinposba.org.br

Email: contato@sinposba.org.br/sinposba@terra.com.br